

CAPÍTULO I

Um Novo Modo de Produção

Nos últimos cinquenta anos uma nova classe surgiu de forma significativa no cenário histórico. Assumiu o poder nos países comunistas soviéticos através do desvirtuamento de uma revolução originalmente socialista, e vem ganhando poder crescente nos países subdesenvolvidos através do controle do Estado e das forças armadas, e mesmo nos países capitalistas desenvolvidos vem crescendo em importância, não só ao nível do Estado, mas também ao nível das grandes organizações privadas. Chamamos a estes novos atores da história de classe tecnoburocrática e ao sistema econômico correspondente de modo de produção tecnoburocrático ou estatal.

Este modo de produção só se tornou dominante nos países comunistas soviéticos. Nos países subdesenvolvidos e nos países industrializados temos formações sociais mistas, em que o modo de produção capitalista tende ainda a ser dominante.

Não vou agora reproduzir toda a extensa argumentação que desenvolvemos em trabalho anterior sobre a emergência da tecnoburocracia (1972, b). Embora esteja pessoalmente convencido de que terei de repetir e desenvolver estes argumentos *ad nauseam*, não é este o melhor momento para reabrir toda a discussão. O capitalismo é ainda poderoso no mundo ocidental. É provável, no entanto, que muito depois de este modo de produção haver desaparecido completamente da face da Terra, haverá aqueles que continuarão a afirmar que estamos em plena época do capitalismo. Será provavelmente um capitalismo sem burguesia nem ca-

pital, sem conceito de lucro nem de mercado. Mas falar-se-á em capitalismo de Estado ou em capitalismo burocrático, ainda que os capitalistas e o capital propriamente dito não mais existam. Entendemos que estatismo, modo de produção tecnoburocrático ou qualquer outro nome semelhante são mais apropriados para caracterizar o fenômeno histórico sob análise. Muito mais importante do que os nomes, entretanto, é a visão histórica e crítica do problema.

O modo tecnoburocrático ou estatal de produção emerge historicamente para estabelecer, em termos renovados, um sistema de classes e de privilégio, para instaurar um sistema de poder autoritário. Só será possível compreender e denunciar este fenômeno histórico na medida em que sejamos capazes de distinguir o capitalismo clássico desse novo modo de produção em emergência.

Capitalismo e Estatização

O modo de produção capitalista, em sua forma mais pura, verificou-se na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos no século passado. As características históricas mais gerais deste modo de produção que Marx conheceu e analisou são: a) o surgimento do capital e, portanto, da relação de produção capitalista, através da separação dos instrumentos de produção dos trabalhadores e sua apropriação pela burguesia; b) a generalização da mercadoria, ou seja, a transformação de todos os bens em mercadorias com valor de troca; c) o surgimento do trabalho assalariado, ou seja, a transformação do trabalho também em mercadoria; d) a apropriação do excedente econômico pela burguesia através da obtenção de lucros (mais-valia); e) a incorporação sistemática do progresso técnico, visando ao aumento da produtividade (mais-valia relativa) — condição básica de sobrevivência e da obtenção de lucros por parte das empresas; f) a multiplicidade de pequenas e médias empresas agindo em um mercado concorrencial sob a coordenação do mecanismo dos preços.

Todas estas características são historicamente novas. Algumas precedem a Revolução Industrial, mas só se tornam efetivamente dominantes após uma grande transformação tecnológica, social e política que foi a Revolução Industrial. Na verdade, esse processo histórico revolucionário seria melhor caracterizado se fosse chamado de Revolução Capitalista, já que a emergência do capitalismo, mais do que a emergência da indústria, é a marca decisiva do processo. Alguns países menores do sistema capitalista central, como a Holanda, a Dinamarca e a Nova Zelândia, não passaram propriamente por uma revolução industrial, mas realizaram uma revolução capitalista.

Em qualquer hipótese, é importante assinalar que a emergência do modo de produção capitalista na Europa, surgido em estreita conexão com a revolução industrial, não foi consequência da evolução histórica necessária da humanidade. O êxito histórico desse modo de produção, e o fato de até hoje boa parte do mundo viver sob o modo de produção capitalista, pode levar-nos a esta conclusão. Se considerarmos, entretanto, como característica essencial do capitalismo o surgimento de uma burguesia como classe dominante, a qual passa a controlar a produção e a apropriação do excedente econômico, não pela força ou pela violência, como acontecia nos modos de produção pré-capitalistas, mas através da realização da mais-valia no mercado, da transação de mercadorias, inclusive o trabalho, pelo seu respectivo valor de troca, não é difícil detectar o caráter histórico de exceção desse modo de produção. E isto se torna ainda mais claro quando observamos que, em todo o mundo, a coordenação econômica através do mercado volta a ser substituída pela coordenação administrativa pelo planejamento, sob a égide de tecnoburocracias públicas e privadas no seio do Estado e das grandes empresas. Na verdade, a confusão entre capitalismo e revolução industrial — esta sim uma tendência histórica da humanidade — ajuda a explicar duas idéias-chave do mundo moderno: a crença na necessidade histórica do capitalismo e a crença de que este modo de produção tenderá a permanecer indefinidamente enquanto não for destruído pela revolução socialista. O modo de produção mais estável historicamente, e que dominou grande parte das civilizações por mais tempo, foi o modo asiático de produção. O modo capitalista de produção surgiu na Europa, onde o modo asiático não se havia desenvolvido plenamente e permitira, desta forma, o surgimento de um modo de produção menos estruturado administrativamente — o de produção feudal. Este é também um modo de produção excepcional quando não é confundido com o de produção asiático. A dissolução do modo feudal de produção, através do surgimento da burguesia e da proletarização dos servos, permite o surgimento do capitalismo, o qual, caracterizado por uma grande capacidade de assimilação de progresso técnico, é marcado historicamente pela revolução comercial, pela revolução agrícola e, finalmente, pela revolução industrial, com a qual acaba sendo indevidamente confundido.¹

¹ Sobre as relações entre o modo asiático de produção, o feudalismo e o surgimento do capitalismo ver Samir Amin (1973, pp. 4 a 48). Nesse texto Amin demonstra historicamente o caráter de exceção tanto do feudalismo quanto do capitalismo em relação ao modo asiático ou tributário de produção.

O modo de produção capitalista revestiu-se naturalmente de formas diversas. Suas características foram especialmente diferentes nos países periféricos, dependentes. Nestes, em uma primeira fase, boa parte do capital era controlada por capitalistas dos países centrais. A maior parte do excedente era, assim, desviada para o exterior. Além disso, um mercado plenamente concorrencial jamais chegou a se formar. Formas mercantilistas (e portanto apenas semicapitalistas) de produção e de apropriação especulativa do excedente, via poder de monopólio e não via aumento de produtividade, tenderam a ser preponderantes. Nestes termos, não ocorria desenvolvimento tecnológico, nem desenvolvimento econômico propriamente dito, mas um processo de expansão das fronteiras agrícolas ou então a implantação de enclaves modernos para a extração de minerais diretamente por empresas estrangeiras. Esse foi o capitalismo do modelo primário exportador. Em uma segunda etapa, a partir da segunda metade do século XX, depois de passar pela fase de transição caracterizada pela industrialização substitutiva de importações, tende a definir-se nos países subdesenvolvidos o capitalismo do modelo de subdesenvolvimento industrializado, no qual elementos tecnoburocráticos se tornavam cada vez mais significativos.

No centro, mais do que na periferia, o capitalismo tem-se revelado essencialmente dinâmico. As tendências à concentração e centralização do capital,² já previstas por Marx, acentuaram-se de maneira extraordinária. Grandes empresas oligopolísticas nacionais e depois multinacionais substituíram as pequenas e médias empresas do capitalismo original. A concorrência monopolística e o oligopólio cartelizado substituíram a concorrência mais generalizada. As empresas burocratizaram-se. O Estado também cresceu e burocratizou-se. A coordenação da economia passou a ser realizada de forma crescente via planejamento, embora os mecanismos de mercado continuassem a funcionar. Os tecnoburocratas pú-

² A concentração e a centralização do capital são dois processos correlatos. Por concentração Marx entende o processo de crescimento mais rápido das grandes empresas. Por centralização, o processo de absorção das pequenas e médias empresas pelas grandes empresas. A concentração e a centralização podem ser explicadas tanto em função de economias de escala na produção, como em função das vantagens financeiras das grandes organizações. Por outro lado, mesmo que não haja economias de escala ou vantagens financeiras, ainda continuará a ocorrer o processo de concentração e fusão do capital, na medida em que se desenvolvam técnicas administrativas que permitam a administração apenas razoavelmente eficiente de organizações burocráticas gigantescas. Com isso aumenta o poder da administração profissional tecnoburocrática, que tende a assumir cada vez mais autonomamente o controle dessas organizações.

blicos e privados ganharam uma crescente autonomia e passaram a apropriar-se do excedente via ordenados. Os capitalistas, entretanto, continuam ricos e poderosos, controlam ainda grande parte do capital e auferem lucros consideráveis utilizados para o consumo suntuário. O capitalismo continua assim o modo de produção dominante, ainda que os traços do modo de produção tecnoburocrático já se façam sentir de maneira marcante, seja ao nível das grandes empresas seja ao nível do Estado. A expressão capitalismo monopolista de Estado³ é provavelmente a mais adequada para descrever esta mutação parcial do modo de produção capitalista original, que estamos denominando indiferentemente como clássico, concorrencial ou liberal.

Não há nenhuma razão, porém, para que o modo de produção capitalista seja historicamente permanente. Pelo contrário, isto é um contrassenso. O capitalismo é dinâmico por natureza e as transformações por que passa, seja no plano do desenvolvimento das forças produtivas, seja no das relações de produção, seja no da superestrutura política e ideológica, são tão profundas que, mais cedo ou mais tarde, terão alterado de forma intensa o modo de produção capitalista original, por via revolucionária ou não, a ponto de as transformações produzirem um novo modo de produção qualitativamente diferente. Propomos que esse sistema econômico e político em emergência seja denominado modo de produção tecnoburocrático ou estatização.

Não devemos entender a história como um processo linear de etapas necessárias. Marx certamente classificava os modos de produção de acordo com seu grau de desenvolvimento tecnológico e com a complexidade de suas relações de produção. Nesse sentido, alguns modos de produção eram mais avançados, representavam um estágio superior em relação ao outro. Mas isto não significa que os modos de produção devessem seguir qualquer ordem necessária. Conforme observa Hobsbawm (1971, p. 27), “a afirmação de que as formações asiática, antiga, feudal e burguesa são ‘progressivas’ não implica em nenhuma visão linear simples da história, nem em ponto de vista elementar de que toda a história seja pro-

³ Esta expressão está baseada na concepção de capitalismo de Estado de Lenin. Para ele, capitalismo de Estado era uma formação social capitalista em que a burguesia, proprietária privada do capital, se apóia integralmente no Estado. Afirma ele: “Para tornar as coisas ainda mais claras vamos, em primeiro lugar, tomar o exemplo mais concreto de capitalismo de Estado. Todos sabem que exemplo é esse. É a Alemanha. Nós temos ali a ‘última palavra’ em engenharia capitalista moderna em larga escala e em organização planejada *subordinada ao imperialismo Junker-burguês*” (1971).

gresso. Simplesmente afirma que cada um desses sistemas se aparta cada vez mais, em aspectos cruciais, da situação original do homem", ou seja, da comunidade primitiva.

O modo de produção tecnoburocrático, portanto, embora possa ser considerado mais avançado do que o capitalista, não ocorre apenas depois que este esgota as suas virtualidades. Pelo contrário, ele pode ganhar vigência mais facilmente naqueles países onde o capitalismo menos se desenvolveu e, por outro lado, onde, por questões políticas e/ou militares, uma classe de burocratas civis e militares assumiu o poder. Isto vem ocorrendo em diversos graus de intensidade nos países subdesenvolvidos. E ocorreu de forma quase completa na União Soviética e nos demais países chamados comunistas ou socialistas. Nestes países, e principalmente na União Soviética, definiu-se um tipo histórico de formação social, em que o modo de produção tecnoburocrático é claramente dominante.

Quais os traços fundamentais do modo estatal de produção? Para defini-los vamos partir da distinção adotada por Althusser entre os conceitos de modo de produção e formação social, o primeiro significando um modelo histórico abstrato e o segundo uma realidade histórica concreta. Neste trabalho não nos interessam as formações sociais, que em geral são mistas, contendo de forma hierarquizada mais de um modo de produção. Vamos simplesmente contrastar o modo de produção capitalista em sua forma pura com o modo tecnoburocrático de produção, também em sua forma pura. Através deste método, em que evitaremos a discussão das situações intermediárias, teremos uma visão crítica e dialética de um fenômeno histórico de extraordinária importância. O crescimento generalizado das organizações burocráticas e do Estado em todo o mundo e o surgimento de um grande estado plenamente burocrático, como a União Soviética, exigem o desenvolvimento de novos instrumentos de análise, entre os quais a definição e a caracterização de um novo modo de produção nos parecem essenciais. Examinemos, pois, a partir desta formação social, as diferenças estruturais entre o modo de produção capitalista e o estatal.

Usarei a União Soviética como base de referência para esta análise. É preciso, entretanto, deixar claro que inicialmente não foi minha preocupação com esse país, e sim com as formações mistas ainda predominantemente capitalistas, mas já com fortes traços tecnoburocráticos, como é o caso do Brasil, que me levou a esta análise. Considero a caracterização de um novo modo de produção de base burocrática ou tecnoburocrática como um instrumento teórico essencial para a compreensão não apenas da União Soviética, mas também de todas as formações capitalistas

contemporâneas. Sem a adoção de um modelo desse tipo a compreensão da estrutura econômica, das relações de classes e da superestrutura política e ideológica dessas formações sociais torna-se limitada e insatisfatória. Ou nos limitamos a repetir conceitos que caracterizam melhor o capitalismo do século passado, ou então passamos a realizar generalizações ideológicas a respeito de uma sociedade “pós-industrial” com base em projeções lineares do desenvolvimento das sociedades capitalistas avançadas e principalmente dos Estados Unidos.

Relações de Produção: a Propriedade Organizacional

No modo estatal de produção, em contraste com o capitalista, não se pode mais falar em capital, entendido este termo como uma relação de produção surgida historicamente com a separação dos instrumentos de produção dos trabalhadores e a sua apropriação privada pela burguesia. É preciso ficar claro que capital, nessa acepção específica, que dá origem ao modo de produção capitalista e, portanto, ao conceito de capitalismo, é a propriedade privada dos instrumentos de produção pela burguesia, e deixa de existir no modo tecnoburocrático de produção, na medida em que desaparecem a burguesia e a propriedade privada dos instrumentos de produção.⁴ Só poderemos falar em capital se entendermos este termo como significando o valor monetário dos instrumentos de produção, das matérias-primas e do próprio dinheiro utilizados na produção. Este sentido é talvez mais usual, mas retifica o conceito de capital, não tendo qualquer utilidade para caracterizar o modo de produção capitalista e distingui-lo dos demais modos de produção.

Outra alternativa seria a de definirmos capital como uma relação de produção surgida da separação dos instrumentos de produção dos trabalhadores, sem especificarmos como parte integrante dessa relação de produção a apropriação desses instrumentos pela burguesia. Aceita essa definição, continuaria a existir “capital” na formação social soviética, e o argumento que estamos procurando desenvolver no sentido da existência de um modo de produção tecnoburocrático claramente distinto do capitalista perderia grande força. Parece-nos, entretanto, que isto representa-

⁴ Afirma Marx, referindo-se à análise de Wakefield sobre as colônias, com a qual concorda neste ponto: “A propriedade do dinheiro, de meios de subsistência, de máquinas e de outros meios de produção não transforma um homem em capitalista se lhe falta o complemento, o trabalhador assalariado, o outro homem, que é forçado a vender-se a si mesmo voluntariamente... O capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, efetivada através de coisas” (1969, b, Livro I, p. 885).

ria um esforço heróico de abstração, que acabaria esvaziando o sentido histórico do conceito de capital. Seríamos obrigados a pensar em capital sem propriedade privada, em capitalismo sem burguesia. Ora, nada é mais contrário ao método histórico em que estamos nos apoiando do que entregar-se a esse tipo de generalização, que roubar aos fenômenos históricos toda a sua especificidade.⁵

Com a eliminação do capital através da estatização dos meios de produção desaparece o capitalismo e surge em seu lugar o modo de produção tecnoburocrático ou estatismo. O desaparecimento da propriedade privada não implica em socialismo porque, como observa Cornelius Castoriadis, “a propriedade nacionalizada só pode ter um conteúdo socialista se a classe dominante for o proletariado” (1949, p. 227).⁶ A emergência da tecnoburocracia significa fundamentalmente a transferência do poder e da condição de classe dominante da burguesia para a classe tecnoburocrática. Esta mudança de classe dominante, entretanto, não é um simples fenômeno superestrutural, mas é o resultado de profundas modificações nas forças produtivas e nas relações de produção da sociedade,

⁵ José Arthur Giannotti, citando Marx, deixa muito clara a relação entre capital e propriedade privada. Diz ele: “Todo o problema se resume portanto em acompanhar a evolução da propriedade privada e a sua explicitação em termos de contradição. Sua primeira forma é evidentemente a propriedade do solo, que se liga a uma primeira forma de trabalho alienado: a lavoura. Nesta altura a propriedade aparece ainda, de um modo ou de outro, vinculada a uma concessão sobrenatural e a riqueza como fruto de uma natureza pródiga. Pouco a pouco se incrementam as atividades industriais propriamente ditas. Toda riqueza se transforma em riqueza *industrial*, em *riqueza* do trabalho e a *indústria* é o trabalho acabado, assim como o *sistema fabril* é a essência desenvolvida da indústria, a saber, o trabalho e o *capital industrial* a forma objetiva acabada da propriedade privada’. E, como já vimos, esse processo histórico de formação do capital é acompanhado pela tomada de consciência de que a riqueza tem sua essência subjetiva no trabalho, de maneira que a posse e a propriedade perdem sua legitimação sobrenatural para revelarem paulatinamente seu caráter arbitrário e espoliativo. No apogeu quando a propriedade privada se transforma em capital, eclode então a contradição entre o ter e o não ter com toda sua violência” (1966, pp. 149-150; a citação de Marx feita por Giannotti é dos *Manuscritos Econômico-filosóficos*: 1^o, 2^o e 3^o, em *Kleine Ökonomische Schriften*, Dietz Verlag, Berlim, 1955, p. 123).

⁶ Nesse mesmo sentido observa Herbert Marcuse: “A nacionalização e a abolição da propriedade privada dos meios de produção não constituem, por si sós, diferenças essenciais, na medida em que é exercido e imposto um controle e uma centralização da produção sobre a população” (1969, p. 80). Observe-se que tanto Castoriadis quanto Marcuse estão apenas distinguindo estatização de socialismo. A responsabilidade pela definição de um novo modo de produção é nossa.

de forma a definir-se um novo modo de produção distinto do capitalismo e do socialismo. Neste novo modo de produção o Estado continua a ser um Estado de classe, agora diretamente a serviço da tecnoburocracia, e os trabalhadores mantêm-se em sua condição de classe dominada.

A distinção fundamental entre o modo de produção tecnoburocrático e o capitalista encontra-se na natureza das relações de produção respectivas. Estas relações de produção, por sua vez, podem ser melhor definidas a partir da análise do tipo de propriedade existente em cada sistema. A propriedade, segundo Marx, é a forma jurídica de que se revestem as relações de produção. Os modos de produção são categorias históricas, em que a forma de propriedade ou, mais precisamente, a relação de produção definida pela propriedade constitui a característica essencial. À propriedade comunitária primitiva, à propriedade antiga, à propriedade asiática, à propriedade germânica, à propriedade feudal, à propriedade capitalista correspondem os respectivos modos de produção. Isto está muito claro nos *Rascunhos* de Marx, em que ele trata das formações pré-capitalistas (1971, vol. I, pp. 434 a 444).

Se a cada forma de propriedade correspondem relações de produção diferentes, correspondem também classes sociais diferentes. A burguesia é a classe dominante em uma sociedade capitalista. A propriedade capitalista é a propriedade privada do capital pela burguesia, que se define como uma classe social específica, historicamente situada a partir do surgimento do capitalismo, e que desaparece com o advento de um modo de produção tecnoburocrático puro.

Ao modo de produção estatal corresponde a propriedade tecnoburocrática, organizacional ou estatal. A propriedade dos meios de produção pertence ao Estado. Por isso, podemos falar em propriedade estatal. Mas é controlada e serve a uma nova classe, a classe dos tecnoburocratas, o que nos permite também falar em propriedade tecnoburocrática. Forma-se, desse modo, uma relação de produção tecnoburocrática correspondente ao surgimento da classe tecnoburocrática. Seu controle dos meios de produção se exerce na medida em que seus membros ocupam posições administrativas estratégicas nas organizações burocráticas centrais do Estado, nas empresas e institutos descentralizados estatais. A relação de produção tecnoburocrática é, assim, radicalmente diversa da capitalista, dado que em uma a propriedade é estatal e na outra privada.

Esta distinção torna-se mais clara se utilizarmos o conceito de propriedade organizacional. O tecnoburocrata é o burocrata ou técnico que dirige as organizações burocráticas, definidas estas em termos weberianos como sistemas sociais racionais administrados segundo critérios de

eficiência. Não apenas o poder mas a própria existência do tecnoburocrata depende da existência concomitante de uma organização burocrática. Na verdade, a organização burocrática antecede ao tecnoburocrata propriamente dito, porque historicamente surgem primeiro as organizações burocráticas ou semi-burocráticas sob o controle patrimonial ou capitalista e só mais tarde o controle efetivo dessas organizações é assumido pelos tecnoburocratas.

O importante, entretanto, é assinalar que, no modo de produção tecnoburocrático, a organização burocrática surge como um intermediário necessário entre os tecnoburocratas e os instrumentos de produção. Ao contrário do que acontece no capitalismo clássico, em que o capitalista possui diretamente a propriedade do instrumento de produção, ou seja, o capital, no tecnoburocratismo o tecnoburocrata tem a propriedade, não dos meios de produção, mas da organização burocrática.⁷ E esta organização burocrática, por sua vez, é que detém a propriedade dos instrumentos de produção, das mercadorias e do dinheiro necessários para empregar trabalhadores e realizar a produção. Além disso a propriedade do tecnoburocrata sobre a organização, ou seja, o efetivo controle da organização, não é realizada individualmente, como acontecia no capitalismo, mas coletivamente por um grupo de tecnoburocratas.

A propriedade organizacional, assim definida, transforma-se em propriedade estatal quando, com a dominância do modo tecnoburocrático de produção, a classe tecnoburocrática assume o controle total da organização burocrática maior, que engloba todas as demais: o Estado. Podemos então falar também em propriedade estatal ou tecnoburocrática, da mesma forma que poderíamos utilizar a expressão modo de produção estatal como sinônima de modo de produção tecnoburocrático.

A distinção essencial entre o modo de produção capitalista e o modo de produção tecnoburocrático baseia-se, portanto, na natureza diversa das relações de produção. No capitalismo a propriedade é privada e a classe dominante é a burguesia; no tecnoburocratismo a propriedade é coletiva e a classe dominante é constituída pelos tecnoburocratas. A relação de produção tecnoburocrática está baseada, mais especificamente, na propriedade estatal, ou seja, na propriedade coletiva exercida através de um Estado moderno burocraticamente organizado. Há outros tipos de

⁷ Observe-se que a sociedade anônima e a constituição de um grupo crescente de acionistas, separados do controle dos meios de produção por organizações burocráticas privadas, já é um fenômeno de formação social mista, como é o capitalismo monopolista de Estado.

propriedades “coletivas”, expressão que estamos utilizando aqui em oposição à propriedade privada. Temos a propriedade asiática, em que um Estado burocrático tradicional serve de mediador, temos a propriedade comunal própria da Europa pré-capitalista, coexistente com a apropriação privada feudal, e temos a propriedade socialista.

Preferimos não discutir aqui quais seriam as características da propriedade socialista, na medida em que entendemos o socialismo mais como um projeto a ser realizado do que como uma realidade. Basta lembrar que o socialismo é a sociedade sem classes, em que a propriedade sobre os meios de produção é comum, não se exercendo através da mediação do Estado. É a sociedade em que o Estado não precisa ter desaparecido, mas deixou de ser instrumento de dominação, seja da burguesia, seja da tecnoburocracia. É a sociedade igualitária e democrática em que todos participam com iguais direitos da apropriação do excedente econômico e do governo da sociedade. É a sociedade em que os direitos do homem são respeitados; em que o trabalho deixa de ser mercadoria; em que a produção não se destina a produzir mercadorias com valor de troca, nem a assegurar no poder uma classe dirigente, mas a atender às necessidades do homem.

Nenhuma dessas características realizaram-se ainda no mundo. Nos países chamados socialistas e particularmente nos países que adotaram o modelo soviético, nenhuma dessas características é dominante. O modo tecnoburocrático de produção só se assemelha ao modo socialista de produção na medida em que a propriedade não é privada, mas coletiva. Em um caso, porém, a propriedade é tecnoburocrática ou estatal; no outro, socialista ou comum a todos.

É preciso, por outro lado, observar que o fato de na tecnoburocracia a propriedade ser coletiva não impede que o modo de produção seja antagonico. Em outras palavras, o modo de produção tecnoburocrático implica em uma sociedade de classes. E como qualquer modo de produção antagonico são duas as classes em oposição: a classe tecnoburocrática e a classe trabalhadora. Estas duas classes, como no caso da burguesia e da mesma classe trabalhadora, no modo de produção capitalista puro, definem-se, não como estratos sociais de portadores de capacidade de consumo e de prestígio social comuns, mas como grupos sociais divididos pelo tipo de relação de produção em que estão inseridos e pela conseqüente forma de apropriação ou não-apropriação do excedente econômico. No capitalismo, a burguesia apropria-se do excedente através do lucro ou “mais-valia”; na tecnoburocracia, o tecnoburocrata apropria-se

do excedente através dos ordenados. Em ambos os casos os trabalhadores continuam a participar do produto social através dos salários.

Considerar os tecnoburocratas uma classe e não uma simples camada, como eu próprio considerei durante certo tempo, é uma decorrência necessária de se entenderem as classes como determinadas pela inserção dos grupos sociais nas relações de produção. Nas relações capitalistas de produção, em sua forma pura, temos apenas duas classes: os capitalistas e os trabalhadores. Da mesma forma, nas relações tecnoburocráticas de produção temos apenas duas classes: os tecnoburocratas e os trabalhadores. Para negarmos a condição de classe dos tecnoburocratas, devemos antes negar a existência de relações tecnoburocráticas de produção.⁸

A identificação da tecnoburocracia ou, simplesmente, da burocracia como uma nova classe social dominante está obviamente relacionada com as transformações materiais por que passa a sociedade capitalista à medida em que ela se industrializa e se burocratiza. Ao surgir o capitalismo industrial, a burocracia era uma pequena camada ou estamento, localizada principalmente ao nível dos aparelhos do Estado Monárquico-absolutista e depois no Estado Liberal. Não possuía massa crítica nem papel claro nas relações de produção que lhe garantissem uma condição de classe social e muito menos de classe dominante. Conforme observa, entretanto, Claude Leffort de forma penetrante, já em 1960 “Há uma verdadeira mutação na teoria da burocracia quando serve para descrever uma nova classe, considerada como classe dominante em um ou vários países, ou talvez destinada a substituir, no mundo inteiro, a burguesia. Esta perspectiva é sugerida pela evolução do regime russo depois da chegada ao poder de Stalin, quando a desaparecimento dos antigos proprietários e a liquidação dos órgãos de poder operário vão a par com uma considerável extensão da burocracia do partido comunista e do Estado que assume a gestão direta da sociedade. Entretanto, o espetáculo das transformações sociais, que acompanham o desenvolvimento da concentração monopolista nos grandes países industriais, e principalmente nos Estados Unidos, incita paralelamente uma reflexão sobre o desenvolvimento de uma classe burocrática” (1970, p. 229). O representante do grupo de *Socialisme e Barbarie* estava preocupado em assinalar a mudança na teoria da burocracia, quando esta deixa de ser considerada um modo particular de organi-

⁸ Não cabe agora desenvolver a teoria das classes sociais no modo tecnoburocrático de produção. Espero poder realizar este trabalho no futuro, como uma retificação em um desenvolvimento de meu trabalho anterior sobre o assunto (1974, Cap. IV).

zação, a organização formal, baseado na autoridade racional-legal, como sugere Weber, ou como uma simples camada parasitária, como sugeria Marx examinando a realidade alemã da primeira metade do Século XIX, para ser encarada como uma nova classe social. Evidentemente, porém, não se trata de uma simples mudança da teoria de burocracia, mas de uma mudança nessa teoria, forçada pela modificação histórica ocorrida, que levou a burocracia a ganhar o caráter de classe nas sociedades industriais modernas e de classe dominante na União Soviética.

Generalização da Mercadoria e Preços

O processo de generalização da mercadoria, ou seja, a transformação de todos os bens em mercadorias dotadas de valor de troca e destinadas a serem comercializadas no mercado, traço essencial do capitalismo, também deixa de ocorrer no modo de produção tecnoburocrático.⁹ Isto não significa, obviamente, a volta à economia de autoconsumo. Estamos diante de uma economia industrial altamente sofisticada, em que o nível de especialização e divisão do trabalho é muito alto, exigindo um complexo sistema de trocas. Entretanto, para que estas trocas configurem um “mercado” onde se troquem “mercadorias”, no sentido capitalista do termo, é preciso que os preços dos bens trocados correspondam ao seu valor, ou seja, ao seu custo de produção (quantidade de trabalho incorporada no bem, corrigida pelas variações na composição orgânica do capital de cada indústria). Por outro lado, é preciso que esses preços, assim determinados estruturalmente ou a longo prazo, reflitam no curto prazo as variações na oferta e na procura, de forma que o mecanismo de preços, operando no mercado, funcione como regulador da economia. A generalização da mercadoria, portanto, no sistema capitalista, significa que os bens são trocados por seus respectivos valores de troca em um mercado que funciona como instrumento de coordenação de toda a economia.

No modo tecnoburocrático os preços não correspondem aos seus respectivos valores nem lhes cabe o papel de principal regulador da economia. Os preços são administrados de acordo com princípios de políti-

⁹ Afirma Yoshiaki Nakano, a partir da análise marxista: “A produção capitalista surge quando a produção de mercadorias torna-se generalizada e duas classes de proprietários de mercadorias ficam face a face e estabelecem uma relação de intercâmbio: os proprietários do capital (dinheiro financeiro, meios de produção e meios de subsistência) desejosos de aumentar a soma de valores que eles possuem (empregando trabalhadores e administrando a produção), e os trabalhadores assalariados com nada para vender senão sua força de trabalho” (1974, Cap. III, p. 6).

ca econômica que refletem os objetivos dos planejadores econômicos. A coordenação da economia cabe ao plano e não ao mercado ou ao sistema de preços. Estes, assim como os objetivos quantitativos da produção, são fixados centralmente. Não temos, portanto, preços de mercado, mas simplesmente preços contábeis, de natureza inteiramente diversa. Conforme observa Csikos-Nagy, “o preço é, por natureza, uma categoria de mercado e, como tal, tem uma função reguladora. Podemos falar em *preço de mercado* se esse papel do preço é posto em prática, isto é, se o *preço regula o processo econômico*. Os preços dos produtores industriais não podem ser considerados preços de mercado se eles não regulam a produção industrial. Em tal caso o preço opera apenas como um preço contábil; é um instrumento para contabilizar e controlar os processos econômicos” (1966, pp. 261-262).

No modo tecnoburocrático de produção os preços têm primordialmente este caráter contábil. Seu caráter regulador é subsidiário. Na União Soviética os preços devem basear-se no custo médio de produção. Mas esta é apenas uma regra básica. A partir daí, os preços podem ser maiores ou menores, implicando em grandes lucros para alguns setores industriais e prejuízos para outros, dependendo da política econômica adotada. Conforme afirma N. A. Lubimtsev, referindo-se à União Soviética principalmente, “a fixação dos preços ocupa um lugar importante na planificação econômica dos países socialistas. Ao planificar, o Estado estabelece preços que não estão sujeitos a flutuações incontroladas e que se baseiam nas inter-relações que o plano estabelece na economia nacional. Em geral o preço de produção é determinado com base nos custos primários industriais médios e na quantidade de acumulação fixada para a indústria em questão” (1968, p. 140). Os preços têm, assim, além de sua função contábil, uma função alocadora de recursos, privilegiando aqueles setores que se pretende desenvolver mais rapidamente. Por outro lado, os preços podem ter funções redistributivas de renda, quando oneram como um imposto produtos de luxo. Esta última função tem pouca importância no sistema, já que é possível controlar diretamente a distribuição através da regulamentação de salários. Já o caráter alocador pode ser mais importante. Mas também aqui a operacionalidade do sistema de preços como alocador de recursos é limitada. Foi provavelmente o uso excessivo e desnecessário desse recurso de planejamento que levou a economia soviética e dos demais países comunistas a uma série de distorções e em seguida às reformas da segunda metade dos anos sessenta.

Estas reformas tinham como objetivo desenvolver nesses países uma economia socialista de mercado. Nas palavras de um de seus mais

veementes defensores, na Hungria, onde ela foi levada mais longe, “a idéia básica da reforma era a de que nós deveríamos abandonar o ‘modelo diretivo’ como um todo. Em lugar de estabelecer metas obrigatórias para cada atividade econômica em detalhe nós devemos dirigir e planejar nosso desenvolvimento econômico através de reguladores econômicos (preços, impostos, tarifas, taxas cambiais, juros, incentivos monetários, mercado, oferta e procura etc.) que estejam de acordo com nosso sistema econômico de mercado” (L. Csapó, 1966, pp. 238-239).

Os limites desse tipo de reforma, entretanto, são evidentes. Em última análise, o sistema de preços de mercado só poderia ser introduzido de fato nessas economias com o sacrifício do sistema de planejamento. Ora, isto contraria o princípio básico do modo tecnoburocrático de produção de que o planejamento é um sistema de coordenação econômica superior, mais eficiente do que o sistema de preços. O sistema de preços pode ser utilizado nos quadros de um sistema geral de planejamento para auxiliar o detalhamento do plano. As limitações do sistema de informação administrativa, apesar de todo o avanço dos computadores, levam à utilização dos preços também como mecanismo regulador. Mas esse caráter regulador é estritamente auxiliar ao sistema maior de coordenação econômica, ou seja, o planejamento. Não é por outra razão que Alec Nove, avaliando as reformas na União Soviética, afirma: “Os reformadores, matemáticos ou não, foram repelidos... o velho sistema, seja de idéias ou de substância econômico-organizacional, sobreviveu sem mudança fundamental” (1972, p. 354). Na Hungria estas reformas foram mais profundas, mas não chegaram a produzir o fenômeno da generalização da mercadoria do capitalismo clássico. São simples manifestações de que na formação social húngara e em menor grau na soviética, embora o tecnoburocratismo seja o modo de produção dominante, existem ainda traços do sistema capitalista.

Trabalho mercadoria e salários

Uma terceira distinção entre o capitalismo e o estatismo diz respeito ao problema do trabalho assalariado. O processo de generalização da mercadoria, no sistema capitalista, tem como uma de suas manifestações essenciais o trabalho assalariado. O trabalho, no capitalismo, é transformado em mercadoria e, como qualquer outra mercadoria, tem um preço que deve corresponder ao seu custo de reprodução: o salário. O salário é, portanto, o preço da mercadoria trabalho e deve corresponder ao valor dessa mercadoria, ou seja, ao custo de reprodução da mão-de-obra. No

capitalismo monopolista de Estado — da mesma forma que os preços das mercadorias começam a deixar de corresponder aos seus respectivos valores, seja devido ao caráter oligopolístico da economia, seja devido ao surgimento de sistema tributário diferencial e de controle administrativo de preços por parte do Estado — também os salários tendem a perdêr em parte seu caráter de mercadoria, na medida em que os sindicatos logram elevá-los acima do nível de subsistência dos trabalhadores, ou seja, acima do custo de reprodução da mão-de-obra historicamente determinado.

Não estamos, entretanto, interessados em assinalar situações intermediárias das formações sociais mistas. No capitalismo, em seu estado puro, o trabalho é uma mercadoria; no estatismo deixa de sê-lo. A remuneração dos trabalhadores não é determinada no mercado em função do custo de reprodução da mão-de-obra, mas é determinada, politicamente, pela tecnoburocracia estatal, em função das necessidades de acumulação estatal, da participação no excedente econômico que os tecnoburocratas pretendem reservar para si, em forma de ordenados diretos e indiretos, e do volume de consumo social que o Estado decide controlar diretamente. O fato de o trabalho deixar de ser mercadoria não significa, portanto, que estamos diante de um sistema socialista, em que desaparece a exploração do trabalho. Da mesma forma que o desaparecimento do capital através da estatização ou nacionalização dos instrumentos de produção não significa socialismo sem que os trabalhadores passem a dirigir diretamente esses meios de produção e o próprio Estado, também o fato de que o trabalho deixe de ser mercadoria não significa que o excedente econômico passe a pertencer aos trabalhadores.

O salário, no estatismo, deveria a rigor receber outro nome, na medida em que deixa de ser o preço da mercadoria trabalho. Na falta de outra expressão, entretanto, continuaremos a utilizar a palavra “salário”. Sua determinação é realizada nos termos do planejamento econômico estatal. Parte-se de um fundo salarial total. Este fundo é em seguida dividido pelos diversos setores econômicos e pelas diversas regiões do país e, finalmente, subdividido até chegar ao nível das empresas. O mercado não tem qualquer papel significativo nesse sistema. Descrevendo o sistema soviético, afirma Alec Nove: “Todos os trabalhadores são divididos em graduações, o Governo ajusta o salário da graduação um, a mais baixa; cada graduação acima é calculada por coeficientes que também são indicados pelo Governo...” (1963, p. 141). Os salários são portanto rigidamente controlados pelo Estado. O papel do mercado aqui também é estritamente subsidiário. Faz-se presente apenas através da liberdade que os trabalhadores têm de mudar de emprego. Trabalho assalariado, entre-

tanto, no sentido capitalista estrito do termo, não existe no modo tecnoburocrático de produção.

Apropriação do Excedente: Ordenados

Reside na forma de apropriação do excedente outra distinção também essencial entre o modo de produção capitalista e o modo de produção tecnoburocrático. No modo de produção capitalista puro, a renda, Y_k , é igual à soma dos lucros, R , e salários, W . Os salários correspondem à produção de bens de consumo básicos ou necessários, B , enquanto que os lucros correspondem à produção de bens de consumo de luxo, V , e à produção de bens de capital, J . O excedente, portanto, é igual aos lucros.

$$Y_k = W + R$$

$$W = B$$

$$R = V + J$$

No modo de produção estatal, tomando-se como referência um país desenvolvido como a União Soviética, a renda, Y_t , é constituída de lucros estatizados, R_e , de ordenados, O , e de salários. Os salários correspondem ainda basicamente à produção de bens básicos, embora já se deva admitir o consumo pelos trabalhadores de uma pequena parcela, nV , da produção de bens de luxo. Em um país subdesenvolvido, esta parcela deve ser desprezada. Os ordenados são recebidos pelos tecnoburocratas de acordo com critérios econômicos e políticos e correspondem basicamente ao consumo de bens de luxo, desde que consideremos, em uma formação social já plenamente tecnoburocratizada, desprezível o consumo de bens básicos pelos tecnoburocratas. O lucro estatizado, R_e , é utilizado para a acumulação de capital, ΔK , correspondente à produção de bens de capital, J .

$$Y_t = R_e + O + W$$

$$W = B + nV$$

$$O = (1 - n)V$$

$$R_e = J$$

Em termos de contabilidade nacional, a produção de um país pode ser definida em termos de produto, Y_P , despesa, Y_D , ou renda, Y_R . Os três agregados são estritamente equivalentes. Em ambos os modos de produção, o produto, Y_P , é constituído da somatória da produção de bens de capital, bens de consumo de luxo e de bens de consumo básicos. A despesa global correspondente, Y_D , é definida também de forma semelhante, em termos de investimento, I , consumo de bens de luxo, C_V , e consumo de bens básicos, C_B .

$$Y_P = J + V + B$$

$$Y_D = I + C_V + C_B$$

Apenas a renda, Y , deve ser definida de forma diferente em cada um dos modos de produção: no capitalismo é constituída de salários e lucros; na tecnoburocracia, de salários, ordenados e lucros estatais.

Em uma situação intermediária, como é o caso do capitalismo monopolista do Estado, a formação social predominante é capitalista, mas já está infiltrada por traços tecnoburocráticos. Este é o estágio atual do desenvolvimento do sistema capitalista, no qual a renda, Y , não é constituída de dois elementos, lucros e salários, como no capitalismo puro, mas de três: lucros, salários e ordenados. Os lucros são utilizados não apenas para acumulação, mas também para consumo de bens de luxo. Os ordenados já estão presentes e são aplicados não apenas em bens de luxo, mas, também no caso dos ordenados mais elevados, em ativos financeiros. Nestes momentos, tecnoburocratas e capitalistas, que já são aliados, em parte se confundem. Não estamos agora, porém, preocupados em examinar esta situação intermediária, mas em definir o modo de produção capitalista puro em oposição ao modo de produção tecnoburocrático.

A apropriação privada do excedente econômico através dos ordenados e não dos lucros, já que estes estão estatizados, é uma distinção essencial entre o modo de produção tecnoburocrático e o capitalismo. O ordenado é a remuneração do tecnoburocrata, assim como o lucro é a remuneração do capitalista. Ambos são extraídos do excedente, mas sua natureza é totalmente diversa.

O lucro ou mais-valia (na verdade o lucro é uma parcela da mais-valia quando distinguimos entre capitalistas ativos, que recebem lucros, e inativos, que recebem aluguéis ou juros) é o resíduo obtido pelo capitalista depois de vender seu produto de acordo com seu valor no mercado e

de ter pago o trabalho mercadoria de seus trabalhadores também de acordo com seu valor de mercado. O lucro capitalista realiza-se, assim, no mercado depois que o custo da reprodução da mão-de-obra foi pago em termos de salários. No capitalismo, portanto, a apropriação do excedente econômico realiza-se através do mercado, e não diretamente através da violência, como acontecia nos modos de produção pré-capitalistas. Nestes era sempre a força ou a violência a forma pela qual a classe dominante extraía o excedente produzido pelos trabalhadores. No modo asiático de produção a forma por excelência de extração do excedente é o tributo, na escravidão é o próprio trabalho escravo, no feudalismo a corvêia. Já no caso do capitalismo, a força foi utilizada para sua implantação. Verificou-se então o processo histórico da acumulação primitiva. Uma vez que o capitalismo passou a funcionar em termos clássicos e concorrenciais, porém, a apropriação começou a ser feita através do mercado. A violência continua a existir, mas de forma indireta através do Estado, na medida em que este garante policialmente a reprodução do sistema político. Isto significa para o Estado o papel fundamental de assegurar, através da violência, a redução econômica do trabalho à condição de mercadoria. A partir daí, a produção da mais-valia passa a ser um fenômeno normal do mercado. A conotação de força só volta à apropriação do excedente quando o capitalismo se torna monopolista, ou seja, quando o capitalismo começa a desfigurar-se.

No caso da apropriação do excedente através dos ordenados temos uma situação mista, em que esta apropriação se realiza ao mesmo tempo através do mercado e pela força, administrativamente. A forma de apropriação é obviamente muito diversa da do lucro, mas pode ser confundida com os salários. Importa, pois, distinguir claramente os salários dos trabalhadores dos ordenados dos tecnoburocratas. Uma análise superficial poderia levar à afirmação de que tanto ordenados quanto salários constituem remuneração do trabalho e, portanto, não haveria razão para maiores distinções. Na verdade, a primeira distinção deriva exatamente da natureza do trabalho executado. O trabalhador está diretamente ligado à produção de bens e serviços. O tecnoburocrata inclui-se entre os que realizam “trabalho improdutivo”, na terminologia de Adam Smith (1964, vol. 1, p. 295). Não são diretamente responsáveis pela produção. Na qualidade de administradores, engenheiros, técnicos, coordenam o trabalho produtivo e o orientam tecnicamente. A expressão “trabalhadores improdutivos” não significa portanto, em absoluto, que os tecnoburocratas não contribuam para a produção. Seu papel na organização dessa produção é importante. O tecnoburocrata é um técnico ou um burocrata

sobre o qual existe um pressuposto de competência técnica. Isto significa que ele pretende possuir o monopólio do conhecimento técnico e organizacional, os quais são essenciais para a eficiência do sistema produtivo. É claro que esta pretensão ao monopólio do saber tem caráter também ideológico. É uma das bases através da qual o tecnoburocrata legitima sua posição de poder e sua apropriação do excedente econômico. Mas não se trata de uma posição meramente ideológica, na medida que a administração das organizações e o seu avanço tecnológico são essenciais para o desenvolvimento do sistema econômico. O que pode e deve ser discutido é o caráter burocrático da administração e a natureza eventualmente anti-social do desenvolvimento tecnológico, e não a própria administração e o avanço tecnológico.

Nestes termos, os tecnoburocratas legitimam sua posição com base na competência técnica e no desenvolvimento econômico resultante. Este desenvolvimento deve permitir o aumento sistemático da remuneração dos trabalhadores, de forma a mantê-los permanentemente satisfeitos apesar da prevalência de um sistema politicamente repressivo e marcado pela desigualdade.

Os ordenados remuneram, portanto, o trabalho "improdutivo" apenas no sentido de que se trata de um trabalho não diretamente ligado à produção.

O trabalhador opera o instrumento de produção enquanto o tecnocrata o controla através da organização burocrática. É esta colocação privilegiada do tecnoburocrata, controlando os instrumentos de produção e situado formalmente na organização burocrática em posição de autoridade, que torna a natureza dos ordenados diversa da dos salários.

Os salários são a remuneração do trabalho produtivo. No capitalismo clássico e no subdesenvolvimento industrializado, os salários são determinados a longo prazo pelo custo da reprodução da mão-de-obra e a curto prazo pelo aumento ou diminuição da procura de trabalhadores, na medida em que aumenta ou diminui a taxa de acumulação de capital. No capitalismo monopolista, os salários são determinados a longo prazo pelo custo de reprodução da mão-de-obra, mais uma parcela do excedente que os trabalhadores organizados conseguem assegurar para si através da luta sindical. No modo tecnoburocrático de produção, os salários são também determinados pelo custo de reprodução da mão-de-obra mais uma parte do excedente que os trabalhadores vão aos poucos obtendo. Diferentemente do que ocorre no capitalismo monopolista, porém, esta participação no excedente não se deve ao poder sindical, mas à necessidade que os tecnoburocratas no poder têm de se autolegitimarem através da

concessão de melhores condições de vida para os trabalhadores. Embora o sistema tenda a ser politicamente autoritário, os tecnoburocratas necessitam de uma legitimação para o seu poder. Esta legitimação baseia-se na afirmação ideológica de que exercem o poder em nome dos trabalhadores. Nestes termos, ainda que o poder seja realmente exercido pelos tecnoburocratas em seu próprio nome e benefício, eles não têm outra alternativa senão permitir uma participação dos trabalhadores no excedente.

Em qualquer hipótese, os salários são sempre a remuneração do trabalho produtivo. Estão diretamente relacionados à produção. E para as empresas constituem um custo variável, que aumenta ou diminui na medida em que varia a produção. O nível geral dos salários é dado pelos fatores acima mencionados — custo de reprodução da mão-de-obra e poder de barganha politicamente determinado. Uma vez definido esse nível básico, a teoria da produtividade marginal pode ser útil para explicar a alocação do trabalho entre as empresas ou as diversas atividades produtivas.

Já os ordenados não apresentam qualquer relação direta com a produção. A taxa de ordenados ou ordenado médio, definida pela razão entre o total de ordenados e o número de tecnoburocratas, não pode ser explicada pelo custo de reprodução dos tecnoburocratas. O conceito de produtividade marginal, que não nos ajuda a explicar o nível geral de salários, é muito menos útil para explicar a taxa de ordenados ou mesmo os diferenciais de ordenados, pois nada é mais difícil que determinar a produção marginal de um tecnoburocrata.

A taxa de ordenados depende basicamente do volume total de ordenados e do número de tecnoburocratas. O volume total de ordenados, por sua vez, depende do excedente total e da forma pela qual ele é apropriado e repartido. A produção do excedente depende basicamente do grau de desenvolvimento das forças produtivas e do nível de acumulação do capital da sociedade, seja qual for o modo de produção.

Já a apropriação e repartição do excedente varia de acordo com o modo de produção. No capitalismo clássico ou puro, o excedente é apropriado integralmente pela classe capitalista. Os tecnoburocratas inexistem. No capitalismo monopolista de Estado e no subdesenvolvimento industrializado, tecnoburocratas e capitalistas dividem a maior parte do excedente, em termos de ordenados e lucros, com tendência a uma participação crescente dos primeiros. Os trabalhadores conseguem também uma parte do excedente no capitalismo monopolista. No modo de produção tecnoburocrático, desaparecem os capitalistas e os lucros privados. Os tecnoburocratas, que controlam o Estado e as empresas públicas, devem reservar uma parte do excedente para a acumulação de capital

que permita a reprodução e a ampliação do excedente. Devem também destinar uma parte, a menor possível, aos trabalhadores, a fim de legitimarem sua posição. O restante será dividido entre os próprios tecnoburocratas em função da escassez relativa das diversas funções exercidas e do poder político de cada tecnoburocrata ou grupo de tecnoburocratas dentro do sistema.

A determinação do total de ordenados, dada a condicionante básica do volume do excedente e da necessidade de acumulação de capital, é eminentemente política. As próprias necessidades de acumulação são definidas politicamente, e a parte do excedente destinada aos trabalhadores dependerá essencialmente da sua capacidade de reivindicação ou, o que é a mesma coisa, da necessidade de legitimação dos tecnoburocratas.

A legitimação dos tecnoburocratas, por sua vez, depende não apenas de sua capacidade de organizar a produção e distribuir parcialmente o excedente, mas também de todo um sistema ideológico montado para sua sustentação. Este sistema ideológico coloca como objetivo básico da sociedade o desenvolvimento econômico, ou seja, o aumento do excedente através do uso mais eficiente dos fatores produtivos. E tem como primeiro postulado a crença de que a eficiência das organizações produtivas e do Estado será tanto maior quanto maior for o número de tecnoburocratas. Nestes termos, os tecnoburocratas são sempre relativamente escassos. Seu número está sempre crescendo, seja em função do aumento da produção seja em função das necessidades de controle, seja em função do simples crescimento demográfico dos próprios tecnoburocratas. Embora o número de tecnoburocratas não esteja diretamente relacionado com a produção, esta relação existe. Por outro lado, os tecnoburocratas são extremamente necessários para se manter o controle social. Muitas vezes, a lógica da produção dispensaria muitos tecnoburocratas, mas a lógica do controle social, a necessidade de manter os trabalhadores firmemente subordinados, e o esforço no sentido de se apropriar de uma parte do excedente levam ao recrutamento de novos tecnoburocratas.¹⁰

Entretanto, embora sempre crescendo, o número de tecnoburocratas é sempre, e por definição, insuficiente. Já que não é possível determinar com precisão a demanda dos tecnoburocratas em função das necessidades da produção, esta demanda passa a depender de um fator ideológi-

¹⁰ Ver a análise de Herbert Gintis (1971) e de Stephen A. Marglin (1974 e 1975) sobre a função da hierarquia nas organizações capitalistas.

co, da afirmação de que a eficiência das organizações pode sempre crescer graças a um maior número de tecnoburocratas.

Por outro lado, fica claro por esta análise que o próprio conceito de lucro sofre uma alteração profunda no modo de produção tecnoburocrático, em relação ao modo de produção capitalista. Não temos mais o lucro privado, mas o lucro estatizado. Este não serve mais para o consumo privado de luxo, a não ser através dos ordenados não-pecuniários que os tecnoburocratas recebem. Por outro lado, no sistema capitalista, a maximização do lucro é o objetivo claro dos capitalistas, enquanto que os tecnoburocratas procuram, através do controle do capital que exercem, maximizar os ordenados. Para isto é fundamental expandir a produção de cada empresa e o excedente geral da sociedade, que depende do nível da produção nacional. O volume dos ordenados que cada organização pode pagar, em uma economia tecnoburocrática pura, não depende de seus lucros, mas do volume total da produção da empresa e do nível geral do excedente social. O lucro não é sequer um critério importante para medir a eficiência das empresas dada a predominância do planejamento sobre o mercado. A expansão da produção é essencial porque interessa aos tecnoburocratas não apenas maximizar a taxa de ordenados, mas o volume total de ordenados através da incorporação de novos tecnoburocratas no sistema.

Não é entretanto apenas na forma de apropriação ou extração do excedente econômico que o capitalismo se distingue do estatismo, mas também, e necessariamente, na forma de repartição desse excedente. No modo de produção capitalista o excedente é repartido entre os capitalistas de acordo com uma regra simples e direta: o volume de capital detido por capitalista individual. Este critério decorre do fato elementar, em teoria econômica, de que a taxa de lucros no capitalismo é igual em todos os setores devido à concorrência. Nestes termos, os lucros se dividem entre os capitalistas de acordo com seu capital. Já no estatismo a repartição do total de ordenados entre os tecnoburocratas não tem nada a ver com o capital que controlam. Depende, isto sim, da posição que cada tecnoburocrata ocupa dentro da hierarquia organizacional. Novamente é a organização, e não o capital, o elemento determinante nesse modo de produção.

Em síntese, o modo de produção tecnoburocrático distingue-se do capitalista porque nele desaparece o processo de generalização da mercadoria; o trabalho, inclusive, deixa de ser mercadoria trocada no mercado pelo seu custo de produção, embora continue a existir um sistema de exploração; as relações de produção deixam de ser capitalistas com o desa-

parecimento da burguesia e da propriedade privada dos instrumentos de produção, ou seja, com o desaparecimento do capital, surgindo em seu lugar relações tecnoburocráticas de produção e a propriedade organizacional, caracterizada pela intermediação da organização burocrática entre o conjunto dos tecnoburocratas e os instrumentos de produção; a classe capitalista ou burguesia desaparece ao ser expropriada, surgindo em seu lugar a classe tecnoburocrática ou tecnoburocracia; a apropriação privada do excedente deixa de ser realizada através do lucro e passa a realizar-se através dos ordenados; a repartição do excedente deixa de ser realizada com base no volume de capital de cada capitalista e passa a ser realizada de acordo com a posição do tecnoburocrata na hierarquia organizacional; o sistema econômico deixa de ser coordenado pelo mercado e passa a sê-lo pelo planejamento centralizado. O mecanismo de preços pode ainda ser usado para ajudar a controlar a procura mais do que a oferta dentro do sistema, mas seu papel será subsidiário. O modo de produção tecnoburocrático é o modo de produção do grande Estado nacional e das empresas públicas, em que os tecnoburocratas, através do controle do novo fator estratégico de produção (Galbraith, 1968, p. 65 e Bresser Pereira, 1972, b, pp. 37-56), ou seja, do conhecimento técnico e organizacional, passam a controlar também toda a sociedade. Assumem, assim, o poder político, ao mesmo tempo em que desenvolvem uma ideologia autoritária, racionalista e desenvolvimentista destinada a legitimar seu poder.¹¹

Capitalismo de Estado?

A quem servem os tecnoburocratas? Aos capitalistas de quem são assessores, afirmam alguns cientistas sociais que pretendem manter fidelidade a Marx, que ele próprio provavelmente dispensaria se estivesse vivo. Sem dúvida, nas formações sociais mistas, em que o modo de produção

¹¹ A supremacia da técnica e dos administradores burocráticos na ideologia tecnoburocrática soviética tem documentação exaustiva. Vale a pena, entretanto, lembrar este pronunciamento lapidar de Stalin em 1935: "A antiga palavra de ordem — 'a técnica decide tudo', reflexo de um período já ultrapassado, quando a penúria entre nós era principalmente técnica — deve agora ser substituída por uma nova palavra de ordem: 'os administradores decidem tudo'. Isto é hoje o essencial" (em *Histoire du Parti Communiste de L'URSS*, redigida por uma comissão do Comitê Central do PC (b) da URSS, 1938, pp. 373-374).

capitalista é ainda dominante, os tecnoburocratas ainda ocupam uma posição subordinada. Por isso servem aos capitalistas, sem deixar de servir a si mesmos. Sua independência, porém, é crescente. Seja ao nível das empresas privadas burocratizadas, seja principalmente no caso das empresas públicas e dos órgãos do Governo. Nestes casos, é mais apropriado falarmos em uma associação entre capitalistas e tecnoburocratas. Quando, porém, nos deparamos com um modo de produção tecnoburocrático, em que a classe burguesa tenha sido eliminada, conjuntamente com a propriedade privada dos meios de produção, a quem podem servir os tecnoburocratas senão a si mesmos? Neste momento eles constituem a classe dominante, como já acontece na União Soviética. São os sucessores da burguesia. Apropriam-se da maior parte do excedente destinado ao consumo suntuário. Assumiram o poder político em sua plenitude, da forma mais autoritária que puderam, mantêm firmemente seu controle sobre os meios de produção, e usam estes dois instrumentos para se tornarem os beneficiários por excelência do sistema.

Como todas as classes dominantes na História, a classe tecnoburocrática, quando assume o poder em uma sociedade, seja através do controle das forças armadas burocratizadas, seja através de partidos políticos burocratizados, e sempre também através de sua paulatina infiltração nas empresas e no Estado, ambos crescentemente burocratizados, passa a utilizar-se do sistema social em seu benefício. Procura gozar de todas as vantagens que o sistema oferece e trata de se perpetuar através de seus filhos. Para isto, como a herança tem pouco valor, a transferência dos privilégios dos pais para os filhos realiza-se através das oportunidades de educação e de ocupação de posições. A meritocracia e um complexo sistema de exames fazem parte da ideologia tecnoburocrática, funcionando como instrumentos essenciais de sua própria perpetuação.

É óbvio, portanto, que em uma formação social onde o modo de produção dominante é o tecnoburocrático, os tecnoburocratas só podem servir a si mesmos. Na falta de critérios para identificar o novo modo de produção, entretanto, insiste-se em continuar a falar em capitalismo. Fala-se, então, em termos muito imprecisos, na existência de um capitalismo de Estado e de uma burguesia de Estado. A União Soviética seria um caso de capitalismo de Estado. Se o problema for simplesmente de nome, se capitalismo de Estado significar um modo de produção em que a classe tecnoburocrática (ou a burguesia de Estado) controla o capital através do domínio burocrático sobre o Estado, nada temos a objetar. Observamos apenas que, nesse caso, a expressão capitalismo de Estado está sendo usada inadequadamente. Em sua acepção original, ela foi utili-

zada, entre outros, por Lenin,¹² e tinha sentido muito diverso. Capitalismo de Estado era o sistema capitalista de grandes empresas privadas sobre as quais o Estado exercia um grande controle. Lenin usava como exemplo de capitalismo de Estado a Alemanha dos Junkers e de Bismark (ver nota nº 3). Tecnoburocracia parece uma expressão muito mais feliz para caracterizar o fenômeno que estamos examinando. Podemos, entretanto, pretender usar o termo capitalismo de Estado para evidenciar a União Soviética, por exemplo, como um país em que o modo de produção dominante é capitalista. Apenas não há nesse capitalismo nem classe capitalista burguesa, nem propriedade privada do capital, nem apropriação privada do excedente através do lucro (mas apropriação do excedente via ordenados), nem haveria coordenação da economia através do mercado, mas pela administração tecnoburocrática... Enfim, seria um modo de produção sem capitalistas nem relações de produção capitalistas. Esta posição é fruto de uma visão imobilista da história. Só pode ser explicada pela falta de imaginação de marxistas “ortodoxos” que, apegados a idéias que Marx hoje provavelmente não subscreveria, recusam-se a aceitar o surgimento de um novo modo de produção antagônico antes do advento do socialismo.

Quanto à expressão “burguesia de Estado” — sugerida por Charles Bettelheim a partir do momento em que se deu conta de que a revolução socialista fora fraudada na União Soviética — sua impropriedade é óbvia.¹³ Burguesia é uma classe social historicamente muito bem situada e definida. Curiosa também é a teoria segundo a qual nós teríamos, em um sistema como o soviético, a “burguesia de Estado”, que estaria na cúpula do sistema, e se apropriaria da maioria dos benefícios do sistema, e a burocracia, que serviria a essa burguesia de Estado. O único mérito desta idéia é nos fazer lembrar que os tecnoburocratas estão hierarquizados,

¹² Ver a respeito o trabalho esclarecedor de Leôncio Martins Rodrigues e Ottaviano De Fiore sobre Lenin e sua visão do capitalismo de Estado e da burocracia na sociedade soviética (1976).

¹³ Afirma Charles Bettelheim, em sua tentativa de definir burguesia de Estado: “O conceito de ‘burguesia de Estado’ (ou de burguesia burocrática de Estado) não pode ser desenvolvido aqui. Digamos simplesmente que designa os agentes da reprodução social exceto os produtores imediatos que — em face ao sistema de relações sociais existentes e de práticas sociais dominantes — têm a *disposição efetiva dos meios de produção e dos produtos* que pertencem formalmente ao Estado” (*Les Luttes de Classes en URSS*, 1974, p. 41, nota 1. O autor apresentou anteriormente esta nomenclatura em *Lettres sur Quelques Problèmes Actuels du Socialisme*, 1970, p. 22 e 64).

como é próprio das burocracias onde operam. E que, portanto, existem tecnoburocratas em diversos níveis na pirâmide burocrática. Mas não há porque distingui-los qualitativamente. Excluídos os trabalhadores, os artistas, os intelectuais, os estudantes, os demais são tecnoburocratas — engenheiros, administradores, economistas, militares, funcionários, técnicos especializados —, envolvidos na tarefa coletiva de gerir a organização burocrática. Que uns ocupem posições mais altas do que os outros é uma contingência estrutural do próprio sistema e reflete, até certo ponto, diferentes níveis de competência tecnoburocrática. Mas não nos permite distinguir os tecnoburocratas de uma hipotética burguesia de Estado. Os tecnoburocratas assumem o controle dos meios de produção de forma coletiva e não de forma individual como faziam os capitalistas. O tecnoburocrata é um homem da organização. O modo de produção tecnoburocrático é o sistema das organizações burocráticas modernas ou tecnoburocráticas. Expressões como capitalismo de Estado, burguesia de Estado e mesmo capitalismo burocrático são principalmente inadequadas porque não nos ajudam a fazer a devida e necessária distinção com o capitalismo. Só há um argumento a seu favor. Torna-se ideologicamente mais fácil criticar esse modo de produção quando ele é identificado com o capitalismo. Mesmo sob esse ponto de vista, no entanto, parece melhor deixar bem claras as distinções entre o modo de produção capitalista e o modo de produção tecnoburocrático e em seguida criticá-lo com base em suas características específicas.¹⁴

Duas Contribuições

Neste momento devemos fazer uma breve menção à crítica de Trotsky à burocracia soviética nos anos trinta e ao trabalho pioneiro e inovador do grupo que se reuniu em torno da revista *Socialisme et Barbarie*, publicada na França entre 1949 e 1965. Ambos deram uma contribuição importante para a análise das relações de produção na União Soviética, embora não tenham logrado chegar a uma conclusão satisfatória para o problema.

Trotsky, cuja contribuição para a revolução socialista e para a crítica da burocracia soviética é definitiva, encontrava-se, nos anos trinta, em

¹⁴ É curioso observar o caráter ideológico dos nomes empregados. Os socialistas, que não reconhecem o socialismo na União Soviética, tendem a usar a expressão “capitalismo de Estado”; já os capitalistas preferem falar em “socialismo de Estado” para caracterizar aquela formação social.

meio a uma série de contradições, que dificultam uma definição mais precisa da natureza das relações de produção na União Soviética. De um lado, negava firmemente que houvesse ocorrido a restauração do sistema capitalista na União Soviética, na medida em que os meios de produção continuavam nacionalizados e o sistema de planejamento fora mantido. Admitia apenas que havia uma “ameaça” de restabelecimento do capitalismo, caso aquelas conquistas se perdessem. O Estado, para ele, continuava operário. O que teria havido seria uma “deformação burocrática”, causada pelo retardamento da revolução socialista mundial e pela falta de forças ou atraso dos operários e camponeses soviéticos devido ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas naquele país. A deformação burocrática deu origem a uma “casta” de burocratas estalinistas. Trotsky usava a expressão “casta” porque não podia falar em classe, na medida em que não conseguia ainda definir as bases de um novo modo de produção.¹⁵ Era importante para Trotsky a afirmação de que o Estado continuava operário porque ele temia a restauração capitalista ao mesmo tempo que propunha e esperava uma nova revolução operária (Trotsky, 1938 e 1940). Quase quarenta anos depois nem uma coisa nem outra aconteceram. A burocracia ou tecnoburocracia soviética permanece firmemente instalada no poder. Não podemos mais falar em uma simples e passageira deformação burocrática em uma sociedade socialista. Por outro lado, Trotsky estava correto em negar a restauração do capitalismo. Não nos resta, portanto, outra alternativa senão definir criticamente as novas relações de produção que se formam na União Soviética a partir do Termidor estalinista.

O grupo de *Socialisme et Barbarie* teve como suas principais figuras Cornelius Castoriadis e Claude Leffort. Este grupo desenvolveu um trabalho notável de crítica socialista à União Soviética, denunciando como o marxismo e o socialismo haviam ali sido deturpados. Castoriadis, em seu

¹⁵ Cabe assinalar que Trotsky nunca confundiu a burocracia com a burguesia. Isto fica muito claro no prefácio de *A Revolução Desfigurada*, em que critica a burocracia por estar permitindo o surgimento de uma pequena burguesia especialmente no campo (1929, pp. 10 e 11). Depois temos a repressão estalinista aos *Kulaks* e Trotsky não volta ao problema. Assinala, porém, a origem operária da burocracia: “Que a burocracia operária e a aristocracia operária constituem a base social do oportunismo, isto é conhecido nos velhos livros. Na Rússia, o fenômeno tomou novas formas. À base da ditadura do proletariado — num país atrasado — criou-se, pela primeira vez, nas camadas superiores dos trabalhadores, um poderoso aparelho burocrático elevado acima das massas, dando-lhes ordens, ligado por uma solidariedade coletiva interna e imprimindo à política do Estado os seus interesses particulares, e os seus métodos e os seus processos” (1932, p. 222).

trabalho de 1949 sobre *As Relações de Produção na Rússia*, critica não apenas o estalinismo mas, em outro plano, também Trotsky porque este, embora se opusesse a Stalin e à burocracia estalinista, e considerasse não socialista a distribuição da renda na União Soviética, definia como socialistas as bases da sociedade soviética devido ao caráter estatal da propriedade dos meios de produção, à planificação da economia e ao monopólio do comércio exterior. Passa, em seguida, Castoriadis a uma ampla análise, em que demonstra que socialismo não deve ser confundido com estatização quando o poder sobre o Estado escapa aos trabalhadores. Na União Soviética Castoriadis demonstra como esse poder foi assumido pela burocracia; como o poder dos soviets foi atrofiado porque a raiz deste, a gestão operária da produção, não existia; como, ao se definirem novas relações de produção, a partir da gestão da produção, definem-se também, e automaticamente, novas formas de repartição do produto social; como a burocracia se transforma em uma classe dominante, na medida em que dispõe completamente dos meios de produção e controla o Estado; como esta burocracia dita os salários em função das necessidades de acumulação e do seu consumo improdutivo.

Todavia, apesar desta brilhante análise, Castoriadis não consegue identificar as relações de produção específicas da União Soviética. Fala simplesmente em “capitalismo burocrático” e declara: “Pelo simples fato de que uma parte da população, a burocracia, dispõe dos meios de produção, uma estrutura de classes é imediatamente conferida às relações de produção. Nesta ordem de idéias a ausência de ‘propriedade privada’ não desempenha qualquer papel; a burocracia, dispondo coletivamente dos meios de produção, tendo sobre estes o direito de usar, gozar e abusar (podendo criar fábricas, demoli-las, concedê-las ao capital estrangeiro, dispondo de seu produto e definindo sua produção), desempenha, em relação ao capital social da Rússia, o mesmo papel dos grandes acionistas de uma sociedade anônima em relação ao capital da mesma” (1949, p. 251).

A afirmação é contraditória e imprecisa. Como a burocracia pode ser uma classe e continuarmos a ter capitalismo na União Soviética? Por outro lado, a comparação entre os tecnoburocratas e os acionistas de uma grande sociedade anônima é particularmente inadequada porque os acionistas, nesse caso, não administram a empresa; são uma espécie de rentistas, de capitalistas inativos que aplicam seu capital na empresa em troca de dividendos; a direção efetiva da empresa no capitalismo monopolista cabe a um grupo de capitalistas ativos associados a tecnoburocratas ou administradores profissionais, cujo grau crescente de autonomia varia de empresa para empresa. Castoriadis também repudia a expressão “búrgue-

sia de Estado” em um trabalho posterior, porque “escamoteia o problema da burocracia” (1973, p. 315). E, no entanto, continua a pensar na existência de capitalismo na União Soviética. Poderíamos entender que, ao falar em “capitalismo burocrático” esteja esvaziando o capitalismo de seu sentido específico e, portanto, possa estar se referindo a um novo modo de produção. Esta explicação, entretanto, não corresponde provavelmente a suas intenções. Parece-me mais acertado concluir que Castoriadis e o grupo de *Socialisme et Barbarie* não foram capazes de levar uma análise às suas últimas conseqüências, na medida em que não souberam dar um embasamento específico às novas relações de produção. Principalmente não foram capazes de identificar o papel da organização burocrática estatal como intermediária entre o conjunto dos tecnoburocratas e os instrumentos de produção e não reconheceram a forma específica de apropriação e repartição do excedente econômico através dos ordenados no novo modo de produção. Ao não identificar estas características econômicas, específicas das relações de produção, foram levados a uma interpretação mais política do que econômica do problema. Claude Leffort, por exemplo, afirma: “Isto põe em evidência uma *indeterminação* da burocracia, que nos parece ser a origem das dificuldades que encontra a teoria. A burocracia não é uma classe enquanto não é a classe dominante e, quando se converte em classe, continua sendo, em sua essência, dependente da atividade propriamente política de unificação” (1970; p. 256). Fica claro neste texto a dificuldade teórica do autor de definir em termos econômicos as relações de produção que deram surgimento à classe tecnoburocrática.

O Modo Asiático de Produção

O modo de produção tecnoburocrático tem, portanto, diversos pontos de contato com o capitalista, mas dele se separa em outros aspectos essenciais. Esperamos já ter deixado claras estas semelhanças e distinções. Cumpre agora estabelecer as analogias entre o modo de produção tecnoburocrático e o modo asiático. As características comuns aos modos de produção capitalista e tecnoburocrático são aquelas que derivam da formação de sociedades industriais: a existência de bens de produção separados dos trabalhadores, e generalização de mercadoria, a redução do trabalho a mercadoria. As características comuns entre o modo asiático de produção e o tecnoburocrático estão relacionadas com a

forma estatal da propriedade e com o caráter burocrático tradicional da classe-estado que domina o modo de produção asiático.¹⁶

O modo de produção asiático foi a mais generalizada e permanente forma para a qual evoluiu a comunidade primitiva a partir do momento em que a sociedade começou a produzir certo volume de excedente. Os modos de produção antigo ou escravista, germânico e feudal, podem ser considerados excepcionais em relação ao modo asiático. Este prevaleceu na Ásia, na África e nas civilizações pré-colombianas da América, tendo como uma de suas características comuns a apropriação do excedente econômico através de tributos. Por isso Samir Amin (1973, pp. 4 a 48) prefere denominá-lo modo de produção tributário. Ele foi especialmente vigente nas grandes civilizações hidrográficas do Nilo, do Ganges, do Indo, do Tigre e Eufrates, e do rio Amarelo, onde havia necessidade de uma burocracia governamental capaz de regular a utilização das águas do rio. As populações sedentárias assim organizadas subordinavam-se à classe-estado de maneira permanente e estável. A propriedade era comunitária, mas a classe-estado se apropriava do excedente produzido através da tributação. A tributação é justificável, seja em termos militares de defesa, seja em termos burocráticos de organização, seja em termos teocráticos de divindade. Conforme observa Marx nos *Rascunhos*, nas “formas fundamentais asiáticas, a unidade *omnicomprensiva*, que está por cima de todas estas pequenas unidades comunitárias, aparece como o *proprietário* superior de tal forma que as comunidades efetivas só aparecem como possuidoras *hereditárias*... Portanto, em meio ao despotismo oriental e da falta de propriedade que parece existir juridicamente nele, existe de fato, como fundamento, a propriedade comunitária ou Tribal, produto sobretudo de uma combinação de manufatura e agricultura dentro da pequena comunidade, que desse modo se torna inteiramente *self-sustaining* e contém em si mesma todas as condições de reprodução e de sobreprodução. Uma parte do seu ‘mais-trabalho’ pertence à coletividade superior, que em última instância existe como *persona*, e esse ‘mais-trabalho’ se faz efetivo seja através de tributos etc., seja em trabalho comum destinado a exaltar a unidade, em deus” (1971, p. 435).

Não é novidade no mundo, portanto, que uma classe, sem possuir a propriedade privada dos meios de produção, seja capaz de assumir uma posição dominante na sociedade e apropriar-se de seu excedente econô-

¹⁶ Ver a respeito das relações entre burocracia e o modo asiático de produção a significativa contribuição de Mauricio Tragtenberg (1974).

mico. Esta foi a forma mais generalizada de organização social no longo período pré-capitalista. Suas diferenças relativas ao modo de produção tecnoburocrático são ainda profundas: os bens de produção são ainda controlados pelos trabalhadores, o desenvolvimento tecnológico e o processo de divisão do trabalho são incipientes, não existem nem trabalho assalariado nem ordenados como forma de remuneração da classe dominante. Mas as semelhanças são também marcantes. Em ambos os modelos, uma classe burocrática assume o controle do Estado em seu próprio nome. Sua fonte de poder está no controle administrativo da sociedade. Este controle reveste-se de formas jurídico-religiosas, em um caso, e de formas jurídico-técnicas em outro. O fato de não existir propriedade privada, porém, não impede que as classes dominantes dos dois modelos se apropriem do excedente produzido. E o autoritarismo de ambas não deve ser esquecido. Ele está apoiado na religião em um caso, nas ideologias políticas no outro, e no poder burocrático eficientista e no poder militar em ambos os casos.

Burocracia e Tecnoburocracia

O modo de produção tecnoburocrático está assim marcado pelo caráter burocrático, pela administração racional e impessoal, pela estrutura hierarquizada e formal. Não devemos, no entanto, confundir burocracia com tecnoburocracia. A burocracia é um tipo ideal geral e a-histórico. Existe em todos os modos de produção, embora só seja dominante no modo de produção asiático e no tecnoburocrático.

Se restringirmos mais o conceito de burocracia, para nos limitarmos ao modelo burocrático mais particularmente estudado por Weber, ou seja, a burocracia que se desenvolve ao nível do Estado capitalista, principalmente no século XIX, poderemos fazer uma distinção mais clara. A base da dominação burocrática é racional-legal. São as normas jurídicas que definem a autoridade dos oficiais e legitimam seu poder. A carreira do burocrata é rigidamente definida em termos jurídicos. Os postos sucedem-se hierarquicamente, com sua respectiva carga de autoridade. A eficiência da organização é o objetivo final dos burocratas e sua legitimação última, mas este objetivo é facilmente perdido de vista no emaranhado das formas jurídicas. Para Weber a burocracia não é ainda uma classe social, mas um simples estamento.

Já a tecnoburocracia pode ser entendida como uma forma mais moderna ou mais técnica de burocracia. A autoridade tecnoburocrática é

também racional-legal, mas a legitimação jurídica cede em grande parte para a legitimação técnica.¹⁷ A eficiência da organização é colocada como objetivo mais próximo. A competência técnica deixa de ser reconhecida, principalmente em termos de exames e diplomas juridicamente definidos, como acontece no modelo weberiano, para depender mais do desempenho efetivo do tecnoburocrata. Enquanto a organização burocrática tende facilmente para a rigidez, com base no princípio da unidade de comando e da centralização administrativa, a organização tecnoburocrática é muito mais flexível, abandona o princípio da unidade de comando para apoiar-se em combinações várias e superpostas de autoridades de linha e autoridade funcional. O sistema decisório tende a descentralizar-se. Surge um grande número de comitês, que se encarregam da tomada de decisão e da coordenação das atividades. Não existe uma carreira rígida para os tecnoburocratas, e suas funções vão sendo definidas em função das necessidades do sistema e de suas características pessoais. Procura-se assim reduzir a impessoalidade da organização burocrática, aumentar o nível de participação dos administradores no processo decisório e, assim, aumentar a eficiência do sistema. Isto não significa que a organização tecnoburocrática seja necessariamente eficiente. Há um pressuposto de eficiência e competência técnica no tecnoburocrata e na tecnoburocracia. Mas esse pressuposto pode ser, muitas vezes, uma simples forma de legitimação do poder, sem base efetiva na realidade. Finalmente, o tecnoburocrata deixa de se constituir em um simples estamento a serviço da burguesia, para se transformar em uma classe social associada à burguesia no capitalismo monopolista de Estado e dominante no modo de produção estatal.

Estas distinções que acabamos de realizar entre o modo asiático de produção e o modo tecnoburocrático, e entre a burocracia do Estado capitalista e a tecnoburocracia, sugerem que o conceito de burocracia, entendido em sua forma mais geral, tem pelo menos três formas históricas básicas: a burocracia asiática, caracterizada pela administração teocrático-militar; a burocracia capitalista, definida pela administração jurídico-racional-legal; e a tecnoburocracia, marcada pela administração tecnocientista. O burocrata asiático participa da classe dominante e com ela tende a confundir-se; o burocrata capitalista é meramente subordinado

¹⁷ Manuel Garcia-Pelayo (1974) propõe uma distinção semelhante a esta para opor burocracia a tecnocracia. Prefiro, entretanto, a expressão tecnoburocracia para deixar claro o caráter fundamentalmente burocrático desse modo de produção e do respectivo tipo de poder.

ou assessor do capitalismo; o tecnoburocrata volta a ser classe dominante, no contexto de um modo de produção próprio.

Conclusão

O modo de produção tecnoburocrático distingue-se, assim, claramente do modo asiático de produção, do capitalismo e do socialismo. Mantém com cada um desses modos de produção características comuns. Compartilha com o modo asiático de produção da propriedade estatal e do caráter burocrático. É semelhante ao capitalismo, na medida em que os instrumentos de produção foram separados dos trabalhadores. Com o socialismo só tem em comum o fato de que a propriedade privada dos meios de produção foi eliminada. Distingue-se dele pelo fato de ser uma sociedade de classes ou um modo antagônico de produção, por estar baseado no autoritarismo político e na apropriação do excedente por uma minoria.